



PROGRAMA  
HISTÓRIA  
ORAL

---

JUÍZA DE DIREITO  
MARIA ISABEL DA SILVA



## ENTREVISTA CONCEDIDA PELA JUÍZA DE DIREITO MARIA ISABEL DA SILVA AO PROGRAMA HISTÓRIA ORAL DO TJDF

**M**aria Isabel da Silva nasceu em Araxá, Minas Gerais, em 19/04/1951, filha de José Geraldo da Silva e de Rosa Maria de Lourdes Silva. Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito Milton Campos, em Belo Horizonte/MG, em 1986. Conclui os cursos de Direito da Família pela OAB/MG e Noções de Direito Imobiliário, também, Minas Gerais, em 1984 e 1988, respectivamente. Fez o curso de Direito Tributário e o curso de Direito Civil, ambos em 1999, em Brasília/DF; o curso de Pós-Graduação LATO SENSU Direito Administrativo – Convênio TJDF – Universidade Católica, em 2000. Advoga entre 1986 a 1992 em BH/MG e exerce diversos cargos em Minas Gerais. Obteve sucesso no XXII Concurso para a magistratura do DF, realizado em 1995, após aprovação em 24º lugar. Toma posse em 2 de fevereiro de 1996 no cargo de Juiz de Direito Substituto do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Como juíza de direito substituta, atuou na

4ª Vara de Fazenda Pública por muito tempo e em diversas Varas das Circunscrições Judiciárias do Distrito Federal. Foi professora da Escola da Magistratura do DF em 1997. Em 01/08/2000, foi promovida a juíza de direito do TJDF. Foi titular da Vara de Família de Ceilândia. Mais adiante, respondeu pela 4ª Vara de Fazenda Pública do DF, pela Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e atualmente é titular da 1ª Vara de Órfãos e Sucessões, desde 2012. A magistrada exerceu os cargos de Vice-Presidente da Associação dos Magistrados do Distrito Federal – AMAGIS/DF – biênios 2000-2002 e 2002-2004 –; secretária da Escola da Magistratura do Distrito Federal, durante o biênio 2002 -2004; Presidente da Associação dos Magistrados do Distrito Federal durante os biênios 2004-2006 e 2006-2008. Foi membro do Conselho Fiscal e diretora tesoureira da Associação dos Magistrados Brasileiros, biênios 2007-2010 e 2010-2011, respectivamente. Foi ainda secretária da Associação Brasileira dos Magistrados Espíritas nos períodos 2001/2003 – 2003/2005 – 2005/2007 – 2007/2009. Foi coordenadora-geral do Programa Cidadania e Justiça nas Escolas, conduzido pela AMAGIS/DF.

## **Desembargadora Carmelita Brasil**

Dr.ª Maria Isabel, em primeiro lugar, queremos agradecer a sua presença em nome da 1ª Vice-Presidência e pessoalmente em meu nome pela gentileza em aceitar, com tanta presteza, o convite que lhe foi feito.

O Programa (Memória) História Oral tem por objetivo deixar arquivado, nos anais do Tribunal, a história, a passagem e o trabalho daqueles que construíram o Tribunal. E, dentre esses, sem sombra de dúvida, a presença de Vossa Excelência é marcante, não só como juíza, mas também como Presidente da AMAGIS, como participante ativa nos movimentos dos juizes, das associações de classe. Nós iniciaremos essa entrevista pedindo a Vossa Excelência que fale um pouquinho sobre a sua vida, sobre a sua história em Araxá, sobre a sua família, e como teria sido despertado o interesse em fazer o curso de Direito.

## **Doutora Maria Isabel da Silva**

Boa tarde, desembargadora Carmelita Brasil. É uma alegria muito grande participar desse projeto. Eu, uma juíza que vim lá do interior de Minas Gerais, saindo do rincão de Araxá, e aqui hoje gravando esse depoimento para a história do TJDFT. Esse Tribunal em que ingressei e do qual tenho muita honra e alegria em participar. Sinto-me muito honrada com o convite. Só tenho a agradecer a essa importância que deram à minha participação na condição de juíza, fazendo parte desse Tribunal de Justiça, e também como Presidente da Associação (AMAGIS-DF), participante ativa do movimento associativo. Eu é que tenho que agradecer muito essa grande distinção que o Tribunal de Justiça está concedendo à minha pessoa e tenho certeza que a minha mãe, que está lá em cima, neste momento, também estaria, se estivesse aqui, muito orgulhosa de eu estar aqui sentada diante da (1ª) Vice-Presidente do Tribunal para dar esse depoimento. Muito obrigada mesmo,

sinto-me muito emocionada. Pois bem, há muitos anos, nos idos de 1950, para não ser tão precisa, nasci na cidade de Araxá, na cidade da estância hidromineral, famosa por suas águas e pela história da D. Beija (D. Beja), muito conhecida. Meu pai era um mecânico e minha mãe uma dona de casa, minha mãe lavava roupa para fora, como era naquela época, as pessoas não tinham muito acesso à informação, ao estudo, numa prole de nove irmãos. Como se falava naquela época, eu sou dos filhos que vingaram, porque nascia um, morria outro, uns irmãos foram mais cedo, outros mais tarde, mas foi muito bom, assim, foi muita experiência, família grande. Aos sete, oito anos a minha mãe me colocou para aprender a bordar, porque o meu sonho era ser professora ou costureira – até escrevi um dia desses que Ele, lá de cima, resolveu escrever diferente a minha história – e comecei a bordar. Aos dez anos expus o meu primeiro bordado que foi um enxoval, naquela época, usava-se bordar o enxoval a mão. Lá em Araxá tem uma loja muito famosa chamada Casa São Jorge e esse enxoval, que eu bordei todo, ficou em exposição nas Casas São Jorge, ficou por muito tempo, era o enxoval da minha madrinha. Continuando, terminei a 4ª série no Grupo Escolar Dr. Eduardo Montandon, a gente tinha aquele curso de admissão para entrar no ginásio, fiz o curso de admissão e fui para o ginásio. Estudei no Colégio Jesus Cristo, era um colégio da mocidade espírita, movimento espírita. Então, eu estudei nesse colégio, depois Ginásio Jesus Cristo, e depois Colégio Jesus Cristo, onde eu fiz o curso Normal (Magistério). Era a dona Francisca Martins Quirina Barbosa, que era nossa diretora, era uma mulher fabulosa...

## **Desembargadora Carmelita Brasil**

Então o sonho de ser professora já estava se concretizando.

### **Doutora Maria Isabel da Silva**

Já. Em 1969, eu concluí o curso Normal. Aos doze anos eu fui trabalhar numa padaria, a Panificadora Araxá. Trabalhava na padaria o dia inteiro, de 6 até as 18 horas, e às 19h ia para o colégio, assim foi durante muito tempo. Em 1966...

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Araxá já tinha faculdade naquela época, doutora?

### **Doutora Maria Isabel da Silva**

Ainda não, faz pouco tempo que tem faculdade em Araxá, isso foi bem depois que eu saí de Araxá. Depois eu fui trabalhar em um armazém, de 1965 até 1967, depois fui trabalhar no mercado e tem uma peculiaridade sobre esse mercado, um mercadinho de verdura, que tinha uma tabela de preço que, até a pouco tempo, ainda era minha letra lá no quadro com o nome das frutas e verduras, só mudava o preço. Trabalhei lá até 1970, quando fui aprovada no concurso para a Caixa Econômica.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Caixa Econômica Federal?

### **Doutora Maria Isabel da Silva**

Do estado de Minas Gerais.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Estadual.

### **Doutora Juíza Maria Isabel da Silva**

Fui trabalhar na Caixa e lá fiquei até 1991, de lá comecei como escriturária e fui para o caixa, chefe de expediente, subgerente e teve um concurso, em 1986, para advogada, eu já havia me formado em 1984, estudei na Faculdade de Direito Milton Campos, em Belo Horizonte. O primeiro concurso que teve para advogado da Minas Caixa eu prestei e passei em 1986, foi quando a minha filha nasceu. Então pensei: eu tenho chance de prosseguir na carreira.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Sem dúvida.

### **Doutora Maria Isabel da Silva**

Chance de ir avante, de ir para frente, e foi aí que eu despertei de que eu havia me formado, que eu poderia usufruir daquela formação, que eu podia investir naquela carreira, foi aí que eu comecei a pensar que podia começar a buscar outros cargos, outros caminhos dentro do Direito, esse instrumento novo na minha vida. Foi então que passei exatamente no concurso para advogada da Minas Caixa, depois fiz o concurso para Procurador da Fazenda também de Minas Gerais, também fui aprovada.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Morando em Belo Horizonte?

### **Doutora Juíza Maria Isabel da Silva**

Já em Belo Horizonte. Fui para Belo Horizonte em 1974. Passei no concurso de Procurador da Fazenda, muito bem colocada, aí pensei: não é que eu posso continuar buscando outros cargos através

desse maravilhoso instrumento que é o Direito, pelo qual sou apaixonada, sempre fui apaixonada.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

O Direito é apaixonante mesmo, mas, de qualquer maneira, vejo que a inspiração para a carreira, para vida e para a luta veio do interior de si mesma. Não teve assim um guru que lhe mostrasse um caminho.

### **Doutora Juíza Maria Isabel da Silva**

Nem poderia sonhar em ser juíza de direito, naquela época, nem me permitiria, porque o juiz de direito da minha cidade era igual padre, a gente beijava a mão e pedia a benção, era desse jeito. Pensar em ser juiz de direito naquela situação em que eu vivia...

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Só uma curiosidade: V. Ex.<sup>o</sup> teria, quando na infância, na adolescência, na juventude, conhecido algum juiz de direito?

### **Doutora Maria Isabel da Silva**

Conheci o Dr. Barneges, lá em Araxá, ele era o juiz de direito lá de Araxá. Ele tinha uma certa proximidade com o meu pai pelo fato de meu pai ser mecânico e consertar os carros dele.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Mecânico de autos?

### **Doutora Juíza Maria Isabel da Silva**

Meu pai falava com o Dr. Barneges... Sim. O Dr. Barneges morava em Araxá e ficou muito tempo. Uma curiosidade: eu sou a primeira juíza da minha terra, a primeira filha da minha terra juíza de direito.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Qual é o gentílico de quem nasce em Araxá?

### **Doutora Juíza Maria Isabel da Silva**

Araxaense.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

A primeira araxaense juíza de direito.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Nós entrevistamos, há alguns dias atrás, o Dr. Sandoval, que é o primeiro brasiliense que chegou à Justiça do Distrito Federal.

### **Doutora Maria Isabel da Silva**

E na época que eu fui aprovada no concurso aqui do Distrito Federal<sup>1</sup>, também fui aprovada em Minas Gerais.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Em que ano foi?

### **Doutora Maria Isabel da Silva**

Em 1995.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Fez simultaneamente os dois concursos?

---

1 XXII Concurso para magistratura do Distrito Federal, 1995, foram aprovados 27 candidatos. Maria Isabel da Silva foi aprovada em 25º lugar para o cargo de Juiz Substituto.

### **Doutora Maria Isabel da Silva**

Foi, passei em Minas e passei aqui, e fiz a opção por Brasília.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Por quê? Já estava em Minas, familiarizada com o Tribunal de Justiça de lá...

### **Doutora Maria Isabel da Silva**

Eu tinha uma filha pequena, na época com nove anos, e, em Minas Gerais, costumo brincar, que a gente sai desbravando sertão. A gente vai para um lugar, vai para o outro, vai para o norte, vai para o sul, a gente não tem um paradeiro certo como temos em Brasília. Até titularizar, essa vida de entrâncias e de comarcas é muito diferente de quem inicia a vida aqui em Brasília. Tive colegas, que hoje já são desembargadores em Minas Gerais, que passaram no concurso comigo, e foram para cidades que sequer tinha hospital, tinha que ir por estrada de chão. Não sei como anda hoje, mas até a pouco tempo era estrada de chão. A gente teria que ir para essas comarcas.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Sem dúvida, em início de carreira.

### **Doutora Maria Isabel da Silva**

Pensei que com a minha filha pequena, teria que deixá-la com os outros, alguém teria que criar a minha filha. Então pensei que em Brasília a gente começa na capital,

eu crio a minha filha na capital, não preciso deixá-la com ninguém, eu mesma vou criá-la, por isso decidi por Brasília em 1996. Acredito que foi a decisão mais acertada que eu tomei até hoje, aliás, todas foram acertadas, mas essa foi das mais acertadas.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Você se lembra ainda dos examinadores do concurso? Nós tivemos, quinta-feira e sexta-feira passadas, a prova oral do 42º Concurso para o cargo de Juiz Substituto. Você se lembra dos examinadores do seu concurso?

### **Doutora Maria Isabel da Silva**

O Vice-Presidente era o desembargador Hermenegildo (Fernandes Gonçalves), o Presidente era o desembargador (José Carneiro de) Ulhôa, o Corregedor era o desembargador (Edmundo) Minervino (Dias).

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Quem participava da banca?

### **Doutora Maria Isabel da Silva**

O desembargador Getúlio Moraes Oliveira foi o meu examinador, o desembargador Pedro Aurélio, o desembargador Lécio (Resende,) a minha cabeça tem hora que começa a falhar, o desembargador Hermenegildo, Processo Penal, Civil, Processo Civil; Constitucional e Administrativo foi da OAB...

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Certamente, naquela época, reserva-se sempre o Constitucional e o Administrativo para a OAB. Ficou por anos assim. É uma banca de peso:

desembargador Hermenegildo, desembargador Pedro Aurélio, desembargador Getúlio Moraes Oliveira...

### **Doutora Maria Isabel da Silva**

Desembargador Getúlio Moraes Oliveira foi Processo Civil, o desembargador Pedro Aurélio foi Direito Civil, o desembargador Hermenegildo foi Direito Penal e o desembargador Lécio Resende, Processo Penal. Eu fiquei muito apreensiva porque numa das questões com o desembargador Hermenegildo, que diziam era muito severo...

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

É até hoje. Hoje ele examina Constitucional na banca.

### **Doutora Maria Isabel da Silva**

E ele me fez uma pergunta acerca da administração judiciária, acerca da Lei (Federal) de Organização Judiciária (do Distrito Federal e dos Territórios), e eu tinha lido a Lei 8.185/1991, que era a que vigorava à época, e tinha 8.400 (Lei Federal 8.407/1991),<sup>2</sup> e pouco que havia feito uma pequena modificação, mas eu não me lembrava daquela nuance, da peculiaridade daquela pergunta. Ele perguntou e eu não sabia, eu não lembrava, eu falei: “Olha, desembargador, eu li a lei – e declinei o número da lei e da lei que alterou também – mas não memorizei”. Ele falou: “Mas está no programa”. Eu respondi: “Eu sei que está no programa, mas eu não memorizei”. A pergunta era acerca da Circunscrição de Ceilândia, de instalação de vara, haviam sido criadas, mas não haviam sido instaladas. A gente que não era daqui não sabia disso.

---

2 Altera a Lei nº 8.185, de 14 de maio de 1991, que dispõe sobre a Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios, e cria a Auditoria Militar do Distrito Federal.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Era um detalhe.

### **Doutora Maria Isabel da Silva**

Eu não sabia que não havia sido instalada. Eu fui muito sincera com ele, como tem que ser.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

A nota acabou sendo boa, naturalmente?

### **Doutora Maria Isabel da Silva**

Deu para passar. Passei e, graças a Deus, estou aqui como juíza há vinte anos.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

O tempo voa mesmo. Qual a primeira designação como substituta?

### **Doutora Maria Isabel da Silva**

Como substituta fui para 4ª Vara de Fazenda Pública auxiliar a desembargadora Adelith,<sup>3</sup> (Adelith Castro de Carvalho Lopes) e por lá fiquei por muito tempo. Passei quase todo o meu tempo como juíza substituta atuando na 4ª Vara de Fazenda Pública.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Então veio daí a grande amizade com a desembargadora Adelith, porque eu me recordo muito bem de

---

3 Desembargadora Adelith Castro de Carvalho Lopes faleceu em 03/12/2010: <<http://www.tjdft.jus.br/institucional/centro-de-memoria-digital/biografias/72AdelithCCLopes.pdf>>.

ela ser muito ligada, muito sua amiga, ter uma confiança ilimitada.

### **Doutora Maria Isabel da Silva**

Foi daí que nasceu a nossa amizade. A desembargadora Adelith, nessa época, era convocada, aquelas convocações para o Tribunal. A vara estava com muita deficiência de pessoal, carência de espaço, o espaço era muito pequeno. No dia em que eu cheguei à vara não tinha lugar, não tinha chão para pisar, parecia que todos os processos estavam no gabinete, no chão até. Estava lotado de processos. O número de substitutos era extremamente reduzido, uma carência muito grande.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Temos até hoje lutado com isso.

### **Doutora Maria Isabel da Silva**

Hoje nós estamos num mar de rosas, não é, Carmelita? Digo, desembargadora.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Pode me chamar de Carmelita.

### **Doutora Maria Isabel da Silva**

Pode?

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Perfeitamente.

### **Doutora Maria Isabel da Silva**

Se pensarmos o que era o Tribunal da época que nós entramos e o que é o Tribunal de hoje. É uma mudança da água para o vinho efetivamente.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Gosto demais de ouvir isso, porque muitas vezes os colegas que estão chegando agora fazem muitas reclamações.

### **Doutora Maria Isabel da Silva**

Reclamações infundadas, sem saber o que era o Tribunal.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

E a gente fica comparando com tempo quando nós chegamos e a luta pela qual passamos.

### **Doutora Maria Isabel da Silva**

Nós despachávamos em máquinas elétricas, quem tinha uma máquina elétrica estava muito bem. O computador estava começando, era insipiente, os discos grandes de plástico, os disquetes. Hoje falamos em terabytes, naquela época era em gigabyte... Nós éramos poucos juízes, o Tribunal tinha poucos juízes.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

A sua turma de juízes substitutos tinham quantos?

### **Doutora Maria Isabel da Silva**

Vinte e três<sup>4</sup>...

---

4 Foram aprovados 27 candidatos no XXII Concurso da Magistratura em 1995 (Edital de Homologação DJ 20/11/1995, Seção III, p. 17304).

## Desembargadora Carmelita Brasil

Uma turma grande, uma turma boa.

## Doutora Maria Isabel da Silva

A turma anterior a nossa, que tomou posse em 1995, foi um das primeiras turmas grandes do Tribunal, que foi mais ou menos o mesmo número da nossa. Só bem depois é que começaram a entrar uns grupos maiores. Mas a nossa turma, até então, era das maiores turmas que já tinham tomado posse no Tribunal, a turma de 1996. Nós denominamos essa turma nossa de turma da revolução.

## Desembargadora Carmelita Brasil

Qual revolução?

## Doutora Maria Isabel da Silva

Não sei. Nós sempre queríamos promover uma revolução no Tribunal. Na nossa turma, tivemos dois presidentes da Associação dos Magistrados, diretores da Escola também, muitos dos nossos colegas auxiliando aqui no Tribunal.

## Desembargadora Carmelita Brasil

É uma turma atuante mesmo.

## Doutora Maria Isabel da Silva

Nós nos encontramos todo dia 2 de fevereiro até hoje. Dia que, para nós, foi histórico, de muita importância e estamos aqui comemorando. Alguns colegas dessa turma já se aposentaram: a Valéria Igrejas e o Jaime Marchesi.

## Desembargadora Carmelita Brasil

---

5 Juíza de Direito Valéria Motta Igrejas Lopes e Juiz de Direito Jaime Marchesi, ambos aposentados.

Quem ainda está por aqui dessa turma?

## Doutora Maria Isabel da Silva

Todos, exceto a Valéria e o Marchesi. O Aiston (Aiston Henrique de Sousa), o Tavernard (Fernando Antônio Tavernard Lima), o Carlos Alberto (Carlos Alberto Martins Filho), Antônio Fernandes da Luz, a Edi (Edi Maria Coutinho Bizzi), a Oriana (Oriana Piske de Azevedo Barbosa), a Rita Ciarlini (Rita de Cássia de Cerqueira Lima Rocha), a Marília de Ávila (Marília de Ávila e Silva Sampaio), a Isabel Pinto (Isabel de Oliveira Pinto), a Silvana (Silvana da Silva Chaves), a Giselle (Giselle Rocha Raposo), o Flávio Fernando (Flávio Fernando Almeida da Fonseca), o Marco Antônio (Marco Antônio do Amaral), o Agnaldo (Agnaldo Siqueira Lima), o João (João Lourenço da Silva) que continua em Taguatinga e o Evandro (Evandro Neiva de Amorim).

## Desembargadora Carmelita Brasil

Grandes juízes e, como disse você, muito atuantes. Então, você iniciou na Vara de Fazenda Pública como auxiliar da desembargadora Adelith (Adelith Castro de Carvalho Lopes), que à época estava convocada. Quando e onde você se titularizou?

## Doutora Maria Isabel da Silva

Titularizei-me em Ceilândia, no ano de 2000, na 2ª Vara de Família, Órfãos e Sucessões.

## Desembargadora Carmelita Brasil

Escolheu ou foi escolhida pelas circunstâncias?

---

6 Circunscrição Judiciária de Ceilândia (Região Administrativa do Distrito Federal).

### **Doutora Maria Isabel da Silva**

Na época várias varas foram disponibilizadas, nos reunimos e foi feito um ajuste entre vários colegas para quando se titularizassem os juzados, então foram várias pessoas que foram titularizadas naquela época. E ali naquela escolha nos acertamos por afinidades, como nós íamos para as satélites,<sup>7</sup> fiquei com a Vara de Família, Órfãos e Sucessões de Ceilândia.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Agradou?

### **Doutora Maria Isabel da Silva**

Foi um grande aprendizado, gratificante. Acho que numa Vara de Família, de acordo com a nossa formação, principalmente nas satélites em que o jurisdicionado é formado por pessoas mais carentes, a maioria, não são todos, a gente tem a grande oportunidade de fazer alguma coisa pelas pessoas, por eles, dando mais agilidade, um atendimento mais rápido a uma demanda, uma ação de alimentos. Ali a gente consegue fazer uma justiça mais célere e mais efetiva, a gente tem mais contato com a parte porque quase todos são assistidos pela Defensoria. Muitos colaboradores da Defensoria, naquela época, muitas vezes, eram recrutados entre pessoas que se disponibilizavam, estudantes de direito que sequer eram formados, eram simplesmente estagiários recrutados entre eles.

---

7 Regiões Administrativas do Distrito Federal.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Aqueles núcleos que as faculdades mantêm.

### **Doutora Maria Isabel da Silva**

Então, muito embora houvesse boa vontade, era um pouquinho deficiente. A gente tinha que ajudar, auxiliar um pouco para que a parte tivesse o seu pleito apreciado adequadamente. A gente tem que fazer isso nessas cidades-satélites, com pessoas mais simples que não podem contratar um advogado. Hoje, parece-me, que a Defensoria Pública está melhor aparelhada, mas, nessa época, não era.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Quanto tempo você permaneceu em Ceilândia na Vara de Família?

### **Doutora Maria Isabel da Silva**

Até 2004.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Ficou pouco tempo.

### **Doutora Maria Isabel da Silva**

Eu titularizei na 4ª Vara de Fazenda. Logo a seguir, fui eleita a Presidente da Associação dos Magistrados (AMAGIS/DF).

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Não poderíamos deixar de tocar nesse lado essencial da sua participação no Tribunal, nessa parte associativa. Mas antes de ser eleita Presidente da nossa Associação (AMAGIS/DF), você já havia trabalhado muito na Associação?

### **Doutora Maria Isabel da Silva**

Desde 1997. Eu tomei posse em 1996 e, em 1997, eu já estava ajudando.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Já se integrou?

### **Doutora Maria Isabel da Silva**

Já, o desembargador Pedro Aurélio (Pedro Aurélio Rosa de Farias), nessa época, pediu que eu colaborasse com o Jansen (Fialho de Almeida), o Jansen Fialho, também é da minha turma, em alguns projetos, ele era o diretor social. Eu dei alguma ajuda, pouca coisa, por pouco tempo, mas não deixei de participar. Na próxima administração, o Presidente era o desembargador Mario Machado (Vieira Netto) e eu era a diretora de patrimônio, e foi como diretora de patrimônio que eu fiquei buscando direitos (benefícios) para os magistrados. Acho que eu tinha era que cuidar do patrimônio dos magistrados e não da Associação. Fiquei procurando direito aqui e acolá, e fomos descobrindo. Efetivamente nós não obtivemos grandes vitórias, umas coisas pequenas, mas conseguimos que se incorporassem aos nossos salários alguns benefícios que, até então, nós não tínhamos, foram muito interessantes. Na outra gestão, eu já vim como vice-presidente do desembargador Mario Machado, no segundo mandato dele como Presidente. E lá, com o desembargador Mario Machado, continuei cuidando dessas nossas ações, responsável por monitorar o que as demais associações de magistrados equivalentes à nossa, como a Justiça do Trabalho, a Justiça Federal, o Poder Judiciário da União, estavam pleiteando, o que estava sendo trabalhado naquela época. O Presidente me delegou essa competência como vice-presidente,

era eu que cuidava dessa matéria dentro da Associação. Foi por aí também que começamos a ter mais contato com as demais associações de juizes da Justiça Federal e também da Justiça dos estados. Nós começamos a ter uma participação mais ativa, porque até então parecia que nós éramos tímidos em relação às demais associações. A partir do desembargador Mario Machado, nós começamos a ter mais contatos com as demais associações, era eu quem fazia esse trabalho com as demais associações.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Essa passagem pela nossa Associação mudou um pouco a sua visão com relação à judicatura?

### **Doutora Maria Isabel da Silva**

Sim.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Por quê?

### **Doutora Maria Isabel da Silva**

Comecei a perceber as diferenças entre o nosso Tribunal e os demais tribunais do Brasil. Não se comparam. Em toda reunião de associação que eu vou, eu falo que o melhor tribunal para se trabalhar é o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. Eles ficam até com um pouco de inveja da gente quando eu falo o que temos aqui. Os nossos colegas não sabem disso. Eles ficam com inveja quando eu falo da estrutura, da preocupação que o Tribunal tem de dotar as varas de estrutura administrativa mais adequada, os recursos, meio para o trabalho, e como nós fazemos esse Tribunal, porque todos nós somos participantes ativos dessa transformação e desse

Tribunal, tanto os juízes quanto os servidores. Acredito que todos nós somos imbuídos desse espírito de participação, de unidade, e que o Tribunal é composto pelos juízes, pelos desembargadores e pelos servidores.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

E não é porque, como se dizia no passado, somos um tribunal pequeno, porque hoje nós já somos um grande tribunal. Agora esse sentimento permanece.

### **Doutora Maria Isabel da Silva**

Agora a gente tenta passar para os colegas que estão chegando que eles devem continuar com esse mesmo sentimento. Quando sou convidada para dar alguma palestra digo que nós devemos assumir a magistratura com esse compromisso de sermos um só, somos nós que fazemos o Poder Judiciário. O Poder Judiciário não é um rótulo, ele é vivo, somos nós. Nós é que temos de levar a avante essa bandeira do Poder Judiciário do Distrito Federal, seja dentro da Associação ou na judicatura. Procurando dar o melhor de si, dar aquilo que aprendemos e que juramos, porque juramos prestar uma boa jurisdição. Temos que buscar sempre fazer isso.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Ainda há um aspecto muito interessante na sua judicatura que é a passagem pela Vara de Violência Doméstica contra a Mulher. Fale-nos um pouquinho sobre essa judicatura tão especial que acabou também ganhando as suas graças e o seu interesse.

### **Doutora Maria Isabel da Silva**

Eu fui a primeira juíza titular da Vara de Violência Doméstica do Distrito Federal, era vara única, aí depois...

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Isso em que ano, Isabel?

### **Doutora Maria Isabel da Silva**

Foi instalada em setembro de 2006, quando a lei entrou em vigor. Saí da Vara de Fazenda Pública e, logo a seguir, em 2007, fui para a Vara de Violência Doméstica. O desembargador George Lopes Leite foi o primeiro juiz, foi uma transformação de Vara de Delito de Trânsito em Vara de Violência Doméstica, foi assim que se operou a criação. Uma vara muito pesada, por conta das mazelas, das dores e dos sofrimentos que as famílias padecem. Não só as mulheres, as famílias padecem. Uma relação doentia, toda a família está doente. A percepção que eu tive na Vara de Violência Doméstica é que a nossa família anda muito doente. Faltam valores, falta respeito, falta amor, falta solidariedade, tudo isso que leva a esse contexto de violência. Também o meio social um pouco, mas a violência doméstica não é privilégio da classe mais humilde, ela permeia todas as classes sociais. Está no Lago Sul<sup>9</sup>, está na Estrutural<sup>10</sup>, está por todo lado, ela permeia todas as classes e todas as formas de violência. O sentimento que me levou a sair

9 Região Administrativa do Lago Sul – bairro nobre de Brasília/DF.

10 Vila Estrutural surgiu a partir uma invasão de catadores de lixo próximo ao aterro sanitário do Distrito Federal, pertence à Região Administrativa do Setor Complementar de Indústria e Abastecimento (SCIA).

da vara foi o de impotência diante daqueles quadros de fragilidade, podemos mudar muito pouco esse quadro. A Vara de Violência Doméstica é eminentemente uma Vara Criminal e a ótica que se estuda e que se propaga é que se prendermos as pessoas resolveremos a questão da violência. As pessoas têm essa visão.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Infelizmente têm.

### **Doutora Maria Isabel da Silva**

Sempre achei que não era isso. Bom, existem casos criminais que efetivamente devem ser punidos conforme a lei. O juiz não tem que trazer a dor dos outros para si, ele tem que aplicar a lei. As angústias, as aflições, ele não tem. Como juíza, eu tenho que aplicar a lei com moderação, só pesando o que eu tenho no processo. Muitas vezes, o que eu tenho no processo não é o que eu tenho na vida real no caso de violência doméstica, por trás de uma violência há uma longa história. Essa história, às vezes, eu tentava buscar para subsidiar as minhas decisões. Tinha uma psicóloga que trabalhava comigo, a Dr.ª Helenice<sup>11</sup>, que prestou grandes serviços. Encaminhamos muitas pessoas para tratamento. Conversava muitas vezes com a Secretaria de Saúde do GDF (Governo do Distrito Federal) e mesmo a Secretaria da Mulher, porque as pessoas com um pouco mais de recurso quando tem o menor problema procuram um atendimento psicossocial. O nosso povo carente não tem esse atendimento. Tem o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social – CRAS) que atende, você marca uma consulta para daqui a três ou seis meses, não resolve.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Não resolve, tem que ser para a hora, para o momento.

### **Doutora Maria Isabel da Silva**

Por isso esse sentimento de impotência, de não poder fazer muita coisa, porque o Tribunal também não é o responsável por esse atendimento. O psicossocial sim, mas o psicossocial não é tratamento. Temos que ter um corpo de profissionais para o tratamento das doenças psíquicas: o psicólogo, o terapeuta, o psiquiatra. Não é para isso que existe a Vara de Violência Doméstica. O que notamos é que, efetivamente, há essa necessidade, e na classe mais humilde há muita necessidade disso. Há famílias muito desajustadas, às vezes tinha mãe que prendia o filho porque o filho tinha um problema e não conseguia atendimento. O filho avançava na mãe porque ele precisava de atendimento adequado na rede pública de saúde e não tinha esse atendimento, mas estava lá preso. Ele era um doente mental que estava preso.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Essas coisas acabam desaguando no Poder Judiciário.

### **Doutora Maria Isabel da Silva**

Aí gera esse sentimento de impotência, de que a gente não pode fazer nada para mudar isso porque não somos responsáveis por política social, que é do Executivo.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Que é quem trabalha na raiz do problema.

---

11 Servidora do TJDF, analista judiciário, Helenice Gama Dias de Lima.

### **Doutora Maria Isabel da Silva**

Creches. Lutei por creches junto aos Governadores (do DF) (José Roberto) Arruda e Agnelo (Agnelo dos Santos Queiroz Filho), até que conseguiram mesmo instalar várias creches. A maioria das nossas mulheres não tem onde deixar os filhos para ir trabalhar, aí fica naquela dependência do marido. Um marido alcoólatra, um marido que bate, um marido que trata mal toda a família, mas ela também não pode deixar aquele marido porque não tem quem cuide dos filhos dela. Por que ela teve muitos filhos? Sim, ela teve, eles já estão aí, os filhos já existem, não adianta perguntar o porquê. Vamos cuidar do que tem, não é verdade? Programas. Tínhamos que ter alguns programas de controle de natalidade, mas isso é um tabu para determinadas religiões quando se fala em controle de natalidade. Essas mulheres não têm acesso a essa informação.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Até hoje?

### **Doutora Maria Isabel da Silva**

Sim, tem gente na (Cidade) Estrutural que nunca pisou aqui no Plano, que não sabe o que é Palácio (de Justiça). Vieram aqui porque vieram dentro de uma viatura (de polícia). O que conheceram de três Poderes aqui foi uma juíza de uma Vara de Violência, nunca pisaram no Plano. Eu fiz umas três visitas ao lixão para conversar com as mulheres do lixão junto com a (delegada) Débora, que era da 8ª Delegacia de Polícia, que abrangia a região da Estrutural, nós

fomos lá para conversar com as mulheres porque elas também não tinham tempo, elas não poderiam sair de lá para escutar uma palestra. Fiz palestra em todos os lugares que me chamaram para falar de violência doméstica aqui no Distrito Federal.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Cite alguns lugares.

### **Doutora Maria Isabel da Silva**

Na Estrutural, fiz várias vezes.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Dentro de escolas?

### **Doutora Maria Isabel da Silva**

Dentro da escola.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Como é que eles organizavam a vinda dessas pessoas?

### **Doutora Maria Isabel da Silva**

As professoras e o diretor, o diretor da primeira escola da Estrutural, ele convidava os pais dos alunos a assistirem a palestra. Então, a gente ia lá na escola, sábado ou domingo. Também fui a algumas igrejas fazer palestra. Seminários em sindicatos de servidores que trabalham na limpeza, vários desses sindicatos, sindicatos ligados à CUT (Central Única dos Trabalhadores), a essas centrais eles também tinham um sistema de multiplicadores, então eu falava com as mulheres e elas iam às comunidades depois, quer dizer, o sistema de multiplicados, elas iam difundindo aquilo que ouviam e passavam para

outras comunidades mais carentes. Onde me chamavam, eu ia fazer as minhas palestras, conversar sobre violência doméstica: o que era violência, o que as mulheres deveriam fazer, despertando para o que era violência. Nas escolas da rede pública também eu fui, alguns encontros com os pais, mas foram tantas.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Nós nos surpreendemos quando tivemos ciência de que você queria deixar a vara, porque parecia para nós e para todos, que você estava no lugar certo. Você está falando dessas palestras nas comunidades e eu me lembro, por exemplo, de assistir suas aulas pela televisão no Programa Saber Direito do STF (Supremo Tribunal Federal).

### **Doutora Maria Isabel da Silva**

Eu dei muita entrevista na Rádio Justiça, em outras emissoras de televisão. Eles me acompanhavam, falavam muito sobre esse trabalho.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

E isso nos dava a impressão de que você estava no lugar certo e gostando do que fazia.

### **Doutora Maria Isabel da Silva**

Sempre gostei, mas teve outros entraves não relacionados com o Tribunal de Justiça. Senti que eu podia ajudar, que eu podia fazer alguma coisa. A gente tinha uma política, em alguns casos, de conciliação, porque eu acho que o fim único da Justiça é a paz social.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Sem sombra de dúvida.

### **Doutora Maria Isabel da Silva**

Alguns casos de algumas famílias em que a psicóloga conseguia conversar, nós fizemos um convênio com uns estudantes da UnB (Universidade de Brasília), a gente encaminhava as mulheres para atendimento psicológico na UnB e em algumas outras faculdades que tinham núcleos de atendimento por meio da Helenice, porque ela era muito vinculada a essa rede de atendimento. Encaminhamos muitas pessoas e elas conseguiram vencer aquelas barreiras, os medos e conseguiram refazer casamentos. Pessoas que já estavam separadas começaram a ver a importância um do outro e que, aquele momento, foi um momento de desespero na família e que eles conseguiram superar aquilo. Foram muitos os casos que nós tivemos e foi muito gratificante. De famílias inteiras envolvidas numa situação de violência doméstica e a Helenice convocava todas essas famílias na parte da manhã, no horário em que não funcionava o Tribunal, e até pessoas de classe média (eram convocadas), não eram apenas pessoas de classe baixa, iam se sentar numa mesa, depois de muitos anos sem conversar, nós propiciávamos uma conversa, um entendimento e aquilo, às vezes, era uma ação (judicial), uma ação na Vara Cível, um inventário que corria na Vara de Órfãos e Sucessões e aquela briga originava daquele outro processo. Então a gente resolvia aquilo na Vara de Violência Doméstica e ia refletir naquele outro processo que estava em andamento, (eram) muitos processos. A Vara de Violência Doméstica é uma Vara de Família com um pouco de violência. Trabalhei muito no Congresso, fui lá muitas vezes. As deputadas que estavam trabalhando com essa questão da mulher me convidaram para participar das sessões no Congresso Nacional. Sempre ia às sessões no Congresso Nacional em que se deba-

tiam essa questão da mulher, a questão da droga com violência. Também participei de seminário acerca disso na Câmara dos Deputados a convite da Deputada (Federal) Elcione Barbalho (Elcione Therezinha Zahluth Barbalho), que é do PMDB do Pará, ela era a chefe desse núcleo, dessa comissão, sei que ela fazia parte dessa comissão. Eu tinha muito contato com ela, nessa época discutíamos muito esses programas, esses projetos. Sempre pontuei a necessidade de se olhar a violência doméstica como uma questão de saúde pública e, agora, parece que se está começando a se abrir esse canal, mas ainda é muito insipiente, muito tímido, precisava ser um pouco mais agressivo porque não combatemos nada senão com medidas muito eficazes. Tem que ser preventivo, não adianta depois de um quadro de violência caótico, em que as pessoas estão muito feridas, muito machucadas, a gente tentar resgatar aqueles valores de afeto, carinho e harmonia, é muito difícil depois de quebrado.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Mas não só com enfoque na Vara de Violência Doméstica, mas também incluindo no substrato dessa pergunta a Vara de Fazenda Pública, há alguma ação que tenha lhe tirado o sono? Que tenha até hoje feito recordar a decisão que poderia até ser diferente hoje em razão do tempo passado?

### **Doutora Maria Isabel da Silva**

Sim.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Todos nós temos esses grandes casos que acabam marcando a nossa judicatura.

### **Doutora Maria Isabel da Silva**

Tem um caso de que me recordo. Acredito que foi um dos primeiros casos porque o Diaulas (promotor do Distrito Federal, Diaulas Costa Ribeiro) era o promotor responsável pela saúde. Ele entrou com uma ação na 4ª Vara de Fazenda Pública porque uma jovem foi dar à luz em um hospital e saiu tetraplégica do hospital. Ela perdeu tudo. A mãe, uma senhora muito humilde, muito pobre, teve que largar o emprego para cuidar da filha e da neta, porque a filha ficou completamente inválida em razão do parto, em razão da anestesia, ela teve um choque. Ele entrou com uma ação pedindo a fixação de alimentos para ela e para a criança contra a Fazenda Pública. Eu fixei esses alimentos na inicial, mandei intimar para pagar de plano naquela época, há muitos anos atrás, a gente nem tinha essa modificação do art. 273<sup>12</sup>, não existia essa modificação. Intimei para pagar e, segundo o (promotor) Diaulas, a família passou a viver daquela decisão. Ele falou “você não sabe o quanto – depois eu saí da vara – aquela decisão foi importante na vida daquela família”. Eu fiquei sabendo depois que realmente o Distrito Federal cumpriu aquela decisão e que aquela família passou a ter um pouco mais de dignidade, muito embora não recuperasse nunca a vida por conta de uma lesão dessa ordem. Foi um fato marcante na Fazenda Pública.

---

12 Art. 273 do Código Processo Civil – Lei 5869/73.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Importante socialmente falando, mas importante até processualmente falando também.

### **Doutora Maria Isabel da Silva**

Eu determinei que se incluísse em folha de pagamento.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Não é por outro motivo que já se disse, com muita propriedade, que a primeira característica do juiz é a coragem. Todas as demais vêm em plano secundário. Aquele que não tem coragem realmente não serve para ser juiz.

### **Doutora Maria Isabel da Silva**

Tem que ser audacioso.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

O tempo passa muito rapidamente, quando nós avíamos que a nossa entrevista é de uma hora, às vezes, o entrevistado fica aflito: que haverei de dizer num tempo tão longo assim? E nós já estamos caminhando para o final, eu não quero deixar de perguntar e registrar a sua atuação à frente da nossa AMAGIS e depois na AMB. Fale-nos um pouquinho sobre essa atuação sua.

### **Doutora Maria Isabel da Silva**

Na AMAGIS, o primeiro mandato foi de 2004 a 2006, em que tive como diretora da Escola da Magistratura, a desembargadora Carmelita Brasil. Foi uma gestão extremamente profícua, promovemos um seminário internacional em que trouxemos o Friedrich Müller<sup>13</sup>, o Canotilho<sup>14</sup>.

---

13 Friedrich Müller é um jurista alemão que leciona Direito Constitucional, Filosofia do Direito e Teoria Geral do Direito na Universidade de Heidelberg. Desenvolve pesquisas em teoria e linguagem do Direito.

14 José Joaquim Gomes Canotilho é um jurista português.

Trouxemos os luminares do Direito Constitucional aqui para esse seminário feito no Hotel Nacional. Foi um seminário em que tivemos o hoje Ministro Luiz Roberto Barroso<sup>15</sup>, tivemos o Ministro Sepúlveda Pertence, ele era Presidente do Supremo (Supremo Tribunal Federal) na época e abriu o seminário. O Fredie Didier<sup>16</sup>, o Lenio Streck<sup>17</sup>, tivemos Gustavo Tepedino<sup>18</sup>, os luminares do Direito Constitucional do Brasil estavam presentes nesse seminário que fizemos. Foi um momento de grandeza. Foi um momento glorioso porque nós começamos a fazer alguns cursos de final de semana, curso preparatório para sentença, cursos de sentença, de questões para provas objetivas, controvertidas. Então fizemos muitos cursos e tivemos uma aceitação muito grande desses cursos para nossa escola, foi quando nós, efetivamente, começamos a dar uma nova roupagem para a nossa escola. Isso às vezes é esquecido, se a gente não fala, as pessoas esquecem.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

É verdade.

---

15 Ministro do Supremo Tribunal Federal – STF.

16 Fredie Souza Didier Júnior é um advogado e professor brasileiro. É docente da Universidade Federal da Bahia e foi membro da comissão da Câmara dos Deputados que revisou o projeto do Novo Código de Processo Civil.

17 Lenio Luiz Streck é um jurista brasileiro, conhecido principalmente por seus trabalhos voltados à filosofia do direito e à hermenêutica jurídica.

18 Gustavo Tepedino é advogado, fundador do escritório Gustavo Tepedino Advogados em 2006. Doutor em Direito Civil pela Universidade de Camerino, Itália (1986).

**Doutora Maria Isabel da Silva**

Seminário como aquele nunca mais tivemos promovido pela nossa escola, tínhamos outdoors espalhados pela cidade inteira anunciando a justiça do 3º milênio, foi um seminário fantástico. Além disso, essa gestão foi a da criação dos subsídios para magistratura, porque nós tínhamos uma remuneração muito ruim, então a AMAGIS junto com as outras associações participou ativamente daquele momento histórico da fixação dos subsídios.

**Desembargadora Carmelita Brasil**

Convivendo assim mais de perto com os juizes da Justiça do Trabalho e os juizes da Justiça comum, os nossos juizes são menos participativos? Vê isso na atuação das associações?

**Doutora Maria Isabel da Silva**

Segundo todos os presidentes de associações, a participação dos juizes sempre é muito pequena. Só há uma grande união da magistratura entorno de questões salariais, aí realmente eles se unem, aí aparece aquela veia de aguerridos, de reivindicadores. Mas, fora isso, dificilmente se vê você conseguir arregimentar os colegas para outra causa. Muito importante o destaque como Presidente da associação foi na época em que o desembargador Jeronymo (José Jeronymo Bezerra de Souza) foi Presidente do Tribunal. O desembargador Jeronymo, na época, me incumbiu de negociar junto ao CNJ (Conselho Nacional de Justiça) a atual Lei de Organização Judiciária. Junto com a equipe da

Presidência, uma equipe do Tribunal junto com a Conselheira Germana<sup>19</sup>, aquela primeira formação do CNJ, eu que negociava mais diretamente porque os outros colegas que estavam nessa comissão não eram juizes, então ela preferia conversar com uma juíza.

**Desembargadora Carmelita Brasil**

Também foi uma atuação relevantíssima, que não pode ficar esquecida.

**Doutora Maria Isabel da Silva**

O nosso projeto de lei dessa Lei de Organização Judiciária que veio a ser aprovado somente na administração do desembargador Nívio (Geraldo) Gonçalves (eleito para o cargo de Presidente do TJDF, para o biênio 2008/2010), mas a gente já estava trabalhando nela desde 2004. Ela já estava para ser votada na Câmara quando foi para o CNJ em 2005, em função da criação do CNJ. A nossa lei prevê um prazo de dez anos para ser implementada e, nessa negociação, eles exigiram que nós fizéssemos um corte de 20% nas funções e nos cargos. Na época, eu havia conversado com o desembargador Jeronymo que se cortássemos nas funções menores e deixássemos as funções maiores, depois ele podia fazer um desmembramento daquelas em outras e ia dar mais algum cargo de assessor para os juizes. Infelizmente ficou só na conversa porque não foi aprovado na administração

---

19 Conselheira Germana Moraes, juíza federal do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, indicada pelo Superior Tribunal de Justiça – STJ para compor a 1ª composição do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, 14/6/2005 – 14/6/2007.

dele. Nós fizemos esse corte e, ao final, lembro-me de ter comentado com a Conselheira Germana que “já havíamos feito o corte e agora vamos reduzir para cinco anos”, e tudo bem, reduzimos para cinco anos.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Já foi um avanço.

### **Doutora Maria Isabel da Silva**

Foi um grande avanço e assim passou. Mas aí depois a presidência da associação e outros seguiram.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Foram dois mandatos: 2004 a 2006 e 2006 a 2008. E a sua participação na AMB para encerrarmos.

### **Doutora Maria Isabel da Silva**

Fui conselheira fiscal na AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros) em duas gestões, depois fui diretora tesoureira da AMB na gestão do desembargador Calandro. Na gestão do Rodrigo Colassi e na gestão do Mozart Valadares fui conselheira fiscal da AMB, sempre gostei de lidar com números.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Não é a toa que começou a vida lá na Caixa (Econômica Federal).

### **Doutora Maria Isabel da Silva**

Fui caixa de banco. Sempre gostei de lidar com números e apreciar contas e por isso fiquei como conselheira fiscal apreciando as contas e depois como tesoureira da AMB. Sempre fui muito rigorosa com as contas, porque com o meu dinheiro faço dele o que eu quiser, mas dinheiro de associado para mim é sagrado e você tem

que saber empregar e prestar contas. Sempre pensei dessa forma. Muito embora eu tenha muita responsabilidade com o meu dinheiro como a desembargadora sabe, (risos) porque acompanha a minha vida de forma mais próxima. Na AMB, durante o período que nós tivemos algumas das reivindicações da magistratura, que estavam para serem quebradas, algumas garantias, naquela época conseguimos segurar. Eles queriam quebrar a paridade, depois não conseguimos mais. Quebrou-se a paridade, os novos já não têm mais paridade. Houve uma grande perda para a magistratura, mas nós conseguimos, naquela época, grandes avanços. Muito embora a magistratura venha lutando para não perder o que já tem. A nossa luta é para não perder o que já conquistamos, porque já perdemos muitos direitos desde a Constituição de 1988. Hoje, a gente defende a prerrogativa com rigidez (inaudível), porque eles acham que prerrogativa é privilégio.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Infelizmente...

### **Doutora Maria Isabel da Silva**

Eles fazem essa confusão. Então, hoje, o foco das associações, as atuações têm se pautado na defesa das prerrogativas da magistratura, que não é só da magistratura, mas em prol da sociedade, não da figura do magistrado, mas em prol da sociedade.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Maria Isabel terminou o nosso tempo, encerrando quero reiterar os agradecimentos, dizer que foi uma alegria, uma honra muito grande tê-la aqui, deixar um fragmento da sua vida registrado no nosso Programa

Memória Oral e lhe dar a palavra para encerrar, dizer as últimas considerações.

### **Doutora Maria Isabel da Silva**

Falando sobre judicatura, falando sobre exercício de funções fora do Tribunal de Justiça, não poderia deixar de registrar minha participação na Associação dos Magistrados Espíritas, a ABRAME, quase desde a sua fundação participei também como secretária da ABRAME.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Exatamente.

### **Doutora Maria Isabel da Silva**

Na gestão do Zalmino Zimmermann, saudoso Zalmir Zimmermann<sup>20</sup>, grande criador, grande juiz, grande espírita, grande espírito, grande líder e depois na gestão Weimar Muniz de Oliveira, que é nosso colega também, juiz do estado de Goiás. Nessas gestões participei como secretária da ABRAME, fizemos vários congressos espíritas, muito bem aceitos pela classe, pela comunidade, divul-

---

**20** Dr. Zalmir Zimmermann, faleceu em 19.05.2015, por complicações cardíacas. Foi um dos fundadores da ABRAME, tornando-se o seu primeiro Presidente, função que exerceu por 10 anos, devendo-se ao mesmo toda a estruturação de suas atividades e a consolidação do seu papel no cenário do Movimento Espírita Brasileiro. Autor de diversas obras doutrinárias, tais como PERISPÍRITO, TEORIA DA MEDIUNIDADE, DESCOBRINDO O ESPIRITISMO e ESPIRITISMO SÉCULO XXI. Dr. Zalmir era juiz federal aposentado, com formação também em Psicologia e Filosofia.

gando a doutrina espírita e seus ensinamentos aos nossos colegas magistrados, que sempre participaram e sempre pediram conselho, alguma coisa, trocando uma ideia. A gente, com uma visão espírita tanto da vida, quanto da função e da missão, consegue passar mais alguns valores, agregar mais alguns valores àqueles que a gente já traz do berço. A magistratura é a consagração, eu que já estou me encaminhando para o final da vida profissional, porque já estou quase chegando aos setenta anos, muito embora tenha passado para os setenta e cinco anos, mas acho que não posso chegar até lá, mas já caminhando para a aposentadoria, umas das maiores alegrias que eu tive foi ter sido aprovada no concurso e Deus me abençoou com essa escolha maravilhosa de vir para a Justiça do Distrito Federal, em que uma menina lá do interior, sem muitos sonhos, que não poderia sonhar que estaria aqui nesse momento para deixar um registro para a história do Tribunal e que pudesse chegar nesse momento com uma distinção dessa à minha pessoa. Estou me sentindo muito importante na história do Tribunal.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

E é muito importante. Muito importante.

### **Doutora Maria Isabel da Silva**

É uma honra muito grande, e a alegria de pertencer a esse Tribunal de valorosos magistrados, grandes magistrados, daqui tivemos ministros do STJ, candidatos concorrendo para o Supremo Tribunal Federal, um Tribunal (TJDFT) que foi o primeiro do Brasil, do Distrito Federal, pertencer a esse primeiro Tribunal. É muita honra, muita alegria e estou muito satisfeita por pertencer à Justiça do Distrito Federal e de poder dar um pouco de mim, um

pouco da minha formação, de empregar um pouco dessa formação no meu dia a dia, no meu trabalho, buscando sempre honrar o nome da Justiça do Distrito Federal, que conquistei, graças a Deus, por meus méritos.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Muito obrigada, doutora Maria Isabel.

### **Doutora Maria Isabel da Silva**

Eu é que agradeço.

◀fim▶

**DATA DA ENTREVISTA**

22/02/2016

**LOCAL**

Brasília-DF

**ENTREVISTADO**

Juíza de Direito Maria Isabel da Silva

**ENTREVISTADORES**

Desembargadora Carmelita Brasil

Desembargador Antoninho Lopes

**TRANSCRIÇÃO**

Daiane Farias Simas – SUAPO

**REVISÃO**

Iêda Oliveira de Araújo Alves – SERAMI

Virgínia Reis da Costa – SERAMI

**PROJETO GRÁFICO**

Diego Vilani Morosino – ACS

**DIAGRAMAÇÃO**

Roberta Bontempo Lima – ACS



PROGRAMA  
**HISTÓRIA  
ORAL**

---

JUÍZA DE DIREITO MARIA  
ISABEL DA SILVA

**SERAMI**

Serviço de Apoio à  
Memória Institucional

**SEGD**

Secretaria de Gestão  
Documental

**PVP**

Primeira  
Vice-Presidência

TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DO DISTRITO FEDERAL  
E DOS TERRITÓRIOS

**TJDFT**